

Áreas verdes e desigualdade sócio-espacial: desafios de acesso na periferia de Sinop-MT

Green areas and socio-spatial inequality: access challenges in the outskirts of Sinop-MT

Vanessa Lima de Oliveira

Mestranda em Geografia- PPGGEO-UNEMAT, Mato Grosso
vanessa.lima.oliveir@unemat.br

Judite de Azevedo do Carmo

Professora Doutora, UNEMAT, Mato Grosso
judite.carmo@unemat.br

Beatriz do Carmo de Azevedo

Professora Mestra, UNEMAT, Mato Grosso.
beatriz.carmo@unemat.br

Neumuel da Silva Farias

Doutorando em Geografia, PPGGEO-UNEMAT, Mato Grosso.
neumuel.silva@unemat.br

Carlos Henrique Umbelino da Silva

Mestrando em Geografia, PPGGEO-UNEMAT, Mato Grosso.
carlos.silva1@unemat.br

RESUMO

As áreas verdes urbanas possuem grande relevância na cidade, não somente por questões estéticas, de embelezamento, mas por contribuir com a promoção de qualidade de vida em razão de suas funções ecológica, social e econômica. Por meio desta premissa o estudo realizado teve como objetivo evidenciar a desigualdade sócio-espacial em Sinop (MT) por meio dos desafios de acesso às áreas verdes pelos residentes em bairros periféricos como o Bom Jardim, Vida Nova e Comunidade Vitória. Para realizar o estudo recorreu-se à observação direta extensiva por meio de preenchimento de formulários junto aos moradores com questões abertas e fechadas sobre as suas condições socioeconômicas, de acesso às áreas verdes e o nível de satisfação com os serviços públicos ofertados nos bairros. Os resultados obtidos evidenciaram que a população residente pertence à classe social de baixa renda, convive com alto índice de insegurança, com a inexistência de áreas verdes destinadas ao lazer e estão insatisfeitos com os serviços prestados pela gestão pública, o que demonstra que o acesso às áreas verdes pela população das periferias é dificultado, podendo ser considerado como um fator que contribui como o processo de desigualdade sócio-espacial na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Periferia. Áreas Verdes. Classes sociais.

ABSTRACT

Urban green areas hold significant importance in the city, not only for aesthetic and beautification purposes, but also for contributing to the promotion of quality of life due to their ecological, social, and economic functions. Based on this premise, the study aimed to highlight socio-spatial inequality in Sinop (Mato Grosso state, Brazil) through the challenges faced by residents of peripheral neighborhoods, such as Bom Jardim, Vida Nova, and Comunidade Vitória, in accessing green areas. To conduct the study, extensive direct observation was employed through the use of questionnaires administered to residents, containing both open and closed questions about their socioeconomic conditions, access to green spaces, and level of satisfaction with public services provided in their neighborhoods. The results revealed that the local population belongs to a low-income social class, faces a high level of insecurity, lacks green spaces for leisure, and is dissatisfied with the public services provided by the local government. These findings demonstrate that access to green areas for populations living in the peripheries is limited, which can be considered a contributing factor to the process of socio-spatial inequality in the city.

KEYWORDS: City. Periphery. Green Areas. Social Classes.

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização brasileira é marcado por uma série de desigualdades sociais, as quais ficam evidentes nas periferias urbanas onde se concentram a população de baixa renda que são alocadas em condições precárias de infraestrutura, dificuldade de acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos. Em cidades de rápido crescimento como Sinop/MT, este efeito se expressa de modo acentuado, refletindo a lógica capitalista que orienta o planejamento urbano. Conforme Rufino (2016), a expansão urbana segue a lógica de mercado imobiliário, favorecendo a formação de loteamentos populares distantes do centro e com carência de serviços essenciais.

Para Gonçalves e Maraschin (2021, p. 123) “no Brasil, os processos de segregação sócio-espacial¹ conduzem parcelas da população de menor renda a habitar locais com deficiência de infraestrutura, reforçando suas carências”. Esta afirmação evidencia o modelo de segregação praticado no Brasil, onde pessoas com menor poder aquisitivo são alocadas em regiões periféricas, não ocorrendo de modo aleatório ou individual, mas sim, por meio de políticas públicas urbanas excludentes.

Entre as carências enfrentadas por essa população, destaca-se a ausência ou a precariedade das áreas verdes nos bairros periféricos. O acesso a esses espaços é ainda mais dificultado pelas más condições de conservação, pela falta de segurança pública e pela ineficiência do transporte público, o que agrava a exclusão no uso e no usufruto das áreas verdes urbanas na cidade.

Nesse contexto, é importante considerar que o conceito de “áreas verdes urbanas” ainda não é plenamente consensual no meio científico. Bargas e Matias (2011) observam que o termo tem sido amplamente utilizado para designar a vegetação presente no espaço intraurbano, mas destacam que a falta de uma definição unificada dificulta sua classificação e categorização. Apesar disso, os autores ressaltam que tais áreas desempenham múltiplas funções, a social, a ambiental e a econômica; as quais contribuem significativamente para a qualidade de vida e bem-estar da população.

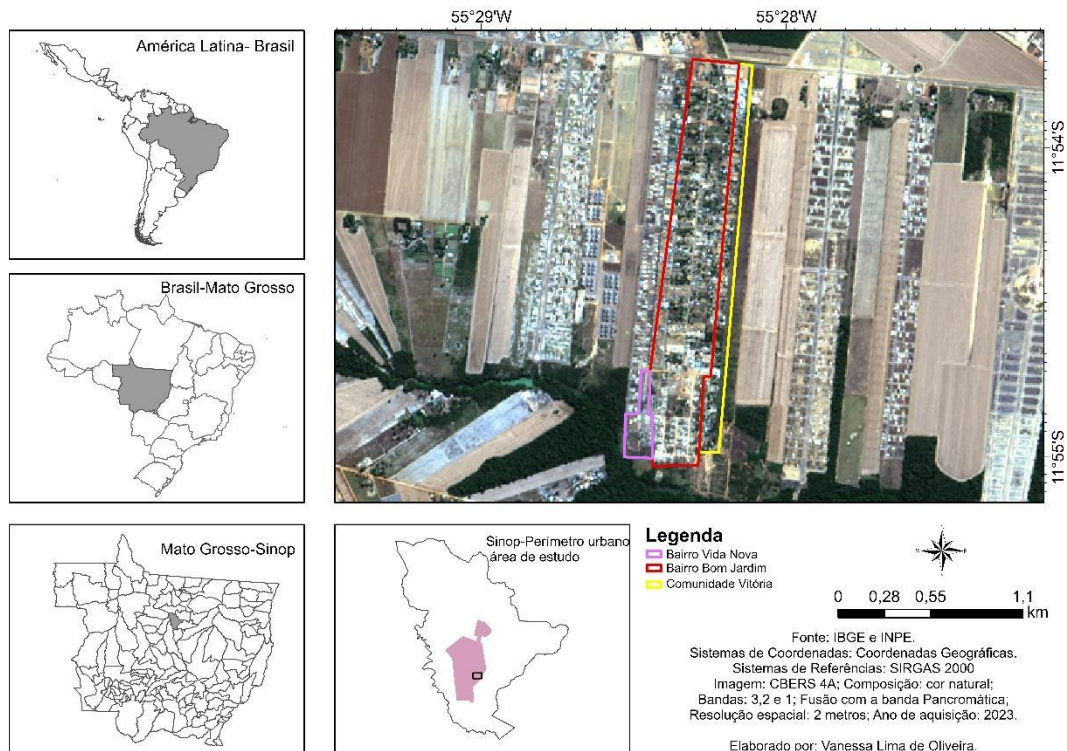
Corroborando essa perspectiva, Maia, Santos e Santos (2020) aprofundam a discussão sobre o papel das áreas verdes no espaço urbano. Segundo os autores, a função ambiental se manifesta, por exemplo, no conforto térmico proporcionado por esses espaços e na preservação da fauna e da flora locais; a função social se expressa quando essas áreas são utilizadas como espaço de lazer, convivência e recreação. Já a função econômica pode ser observada tanto nas atividades comerciais, quanto na valorização imobiliária das regiões onde estão inseridas (Maia; Santos; Santos, 2020, p. 10).

Diante disso, a precariedade ou a ausência de áreas verdes nos bairros periféricos não representa apenas uma falha na infraestrutura urbana, mas também uma negação dos múltiplos benefícios que esses espaços podem oferecer à população, evidenciando as desigualdades sócio-espaciais presentes no tecido urbano. Portanto, estudos com enfoque nas áreas verdes se fazem necessários. Sendo assim, o estudo desenvolvido teve como espaço empírico três bairros

¹ Utiliza-se o termo “sócio-espacial” com hífen, por considerar que ele expressa a forma mais precisa e indissociável entre o social e o espacial, conforme Souza (2007).

da cidade de Sinop, no estado de Mato Grosso, quais sejam: Bom Jardim, Vida Nova e Comunidade Vitória (Figura 1).

Figura 1 – Área de estudo em Sinop, Mato Grosso



Fonte: Autoria Própria.

O estudo teve como objetivo evidenciar as desigualdades sócio-espaciais presentes em Sinop (MT), a partir da análise dos desafios enfrentados pelos moradores desses bairros periféricos, no acesso às áreas verdes urbanas. Para isso, foram examinadas as condições de infraestrutura urbana disponível nos bairros, a qualidade dos serviços públicos ofertados, além da existência (ou ausência) de áreas verdes e das formas pelas quais a população acessa esses espaços.

A relevância da pesquisa desenvolvida nessas periferias, vai além de identificar a dificuldade de acesso a áreas verdes urbanas. Os dados obtidos por meio da aplicação de formulário junto aos moradores revelam um conjunto de problemas socioeconômicos específicos dessas localidades, indicando que a segregação sócio-espacial não se limita a fatores sociais, mas abrange também dimensões ambientais, reforçando a necessidade de abordagens integradas para o enfrentamento das desigualdades urbanas.

2 METODOLOGIA

Com vistas a realização dessa pesquisa alguns procedimentos metodológicos foram adotados, objetivando a construção de uma base teórico-epistemológica concisa, que pudesse contribuir para as discussões pertinentes às áreas empíricas de análise. Primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica, posteriormente a pesquisa de campo para a observação *in loco*, com a pretensão de realizar uma pesquisa exploratória e a aplicação de formulários; em

gabinete foram confeccionados os produtos cartográficos, com vistas a espacializar os fenômenos observados na área de estudo.

A pesquisa bibliográfica para Severino (2013) é aquela produzida a partir de pesquisas já realizadas anteriormente, sendo elas: Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações, teses, artigos e livros. Nos direcionamentos do autor, é delimitado que as fontes devem ter relação com o tema abordado, haja vista que devem fornecer subsídios para as discussões teóricas que se pretende realizar. Portanto, o levantamento bibliográfico foi realizado em base bibliográficas, como os periódicos da CAPES, o *Google Scholar* e o *Scielo*, utilizando palavras-chave, que direcionaram a pesquisa, como: segregação sócio-espacial, planejamento urbano, gestão urbana, áreas verdes urbanas, etc.

Após a construção do referencial teórico, foram iniciadas as pesquisas de campo que foram realizadas em duas etapas. A primeira etapa consistiu na realização de uma observação sistemática, caracterizada por ser direcionada e conduzida em condições controladas pelo pesquisador, com o uso de instrumentos como quadros, anotações e outros recursos metodológicos (Lakatos; Marconi, 2003). Essa técnica foi aplicada com base em um roteiro de observação previamente elaborado, com o objetivo de identificar a presença de áreas verdes nos bairros analisados, descrever e registrar, por meio de fotografias, suas condições.

A segunda etapa da pesquisa de campo teve como objetivo a realização de uma observação direta extensiva, com base na aplicação de formulários, conforme orientações metodológicas de Lakatos e Marconi (2003). Ao todo, 48 moradores participaram da pesquisa, respondendo às questões relacionadas ao grau de satisfação com os serviços públicos disponíveis (iluminação, segurança, tratamento de esgoto, coleta de lixo, fornecimento de água, condições das ruas, Unidades Básicas de Saúde, transporte público e escolar) nos bairros, se frequentam áreas de lazer, onde elas se localizam. A amostragem adotada foi do tipo livre, com seleção aleatória dos participantes, buscando-se, no entanto, contemplar as principais ruas da área de estudo.

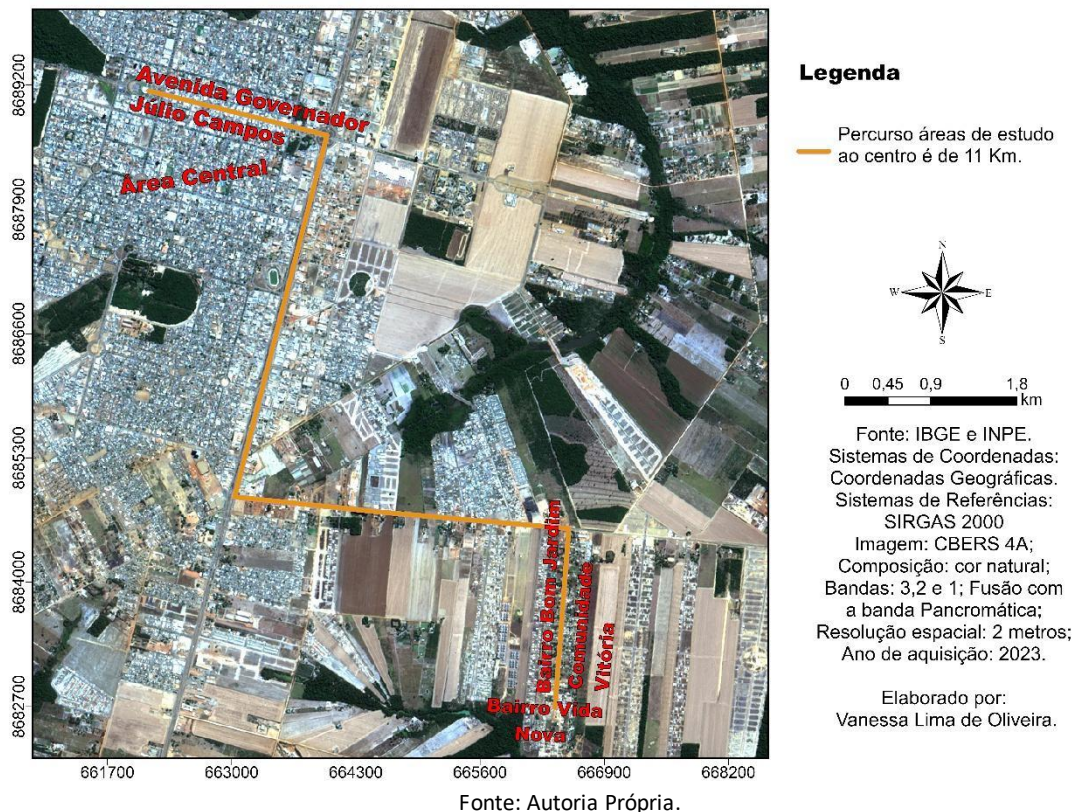
Por fim, foi realizada a etapa de gabinete, voltada ao tratamento e à organização dos dados obtidos por meio de formulários. Para a análise e discussão dos resultados, optou-se pela elaboração de gráficos produzidos no *software Excel*, a fim de sintetizar as informações e facilitar a sua visualização. Em seguida, foram confeccionados os produtos cartográficos, utilizando o programa *ArcGis PRO* (versão *trial*), com o objetivo de representar espacialmente a localização dos serviços públicos, como saúde e educação, bem como a posição da área verde urbana presente na localidade estudada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As áreas periféricas surgem a partir do processo de urbanização da cidade, devido à valorização da área central e expansão, segundo Rufino (2016), com a expansão da área central há a viabilização de abertura de loteamentos populares em localidades distantes tanto do núcleo central da cidade como das áreas nobres da cidade. As principais características desses loteamentos populares são a falta de infraestrutura básica (saneamento, transporte público, saúde, educação, etc), as autoconstruções de casas, a falta de segurança pública para a residência de população de baixa renda. Nesse contexto encontram-se os bairros Comunidade

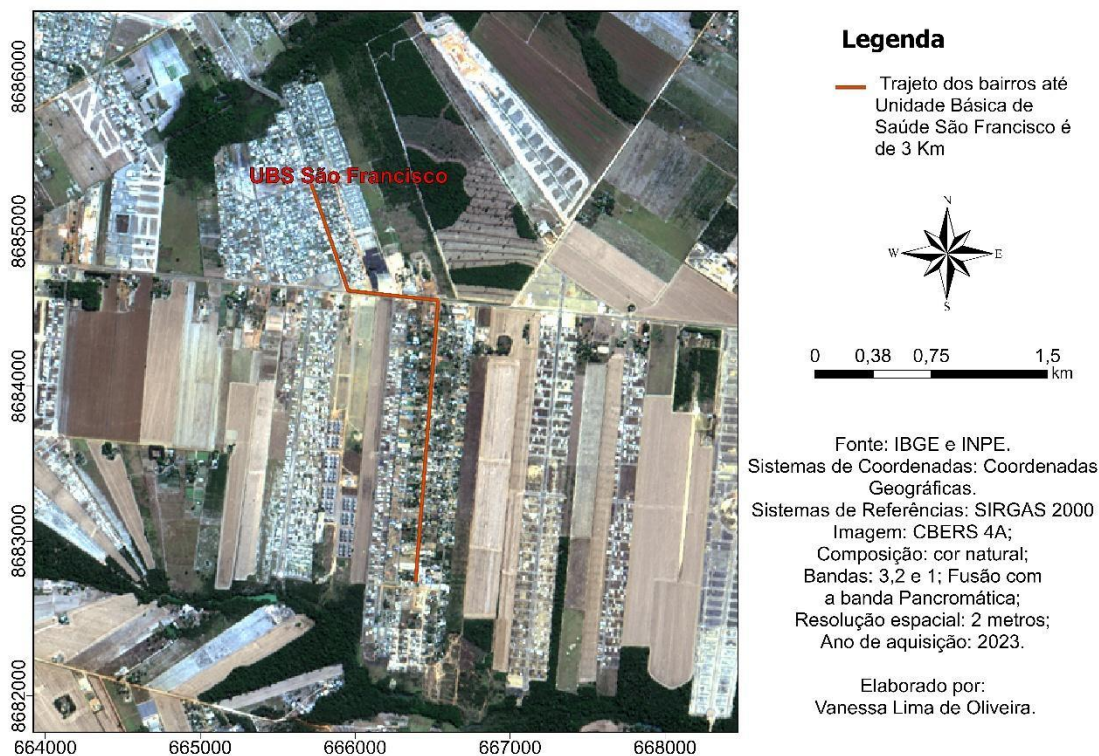
Vitória, Bom Jardim e Vida Nova, que são periféricos, distantes da área central da cidade de Sinop-MT (Figura 2).

Figura 2 - Distância dos bairros ao centro de Sinop (MT)



Na Figura 2 pode ser visualizada a distância (11 km) que eles se encontram da área central. Esse distanciamento dos bairros impacta diretamente na qualidade de vida dos moradores, uma vez que para se locomoverem necessitam do transporte público ou particular. Nela também fica evidente o processo de segregação sócio-espacial dos bairros, a partir da distância em relação ao núcleo central da cidade, mas é importante ressaltar que esse processo vai além do distanciamento do centro da cidade, nele estão inclusas as questões relacionadas à ausência de infraestrutura básica, à segurança, o acesso à saúde e à educação. As principais reclamações identificadas pelos moradores é o acesso dificultado à UBS (Unidade Básica de Saúde), uma vez que a mais próxima, fica em torno de 3 Km, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3 - Distância dos Bairros em relação à Unidade Básica de Saúde (UBS)



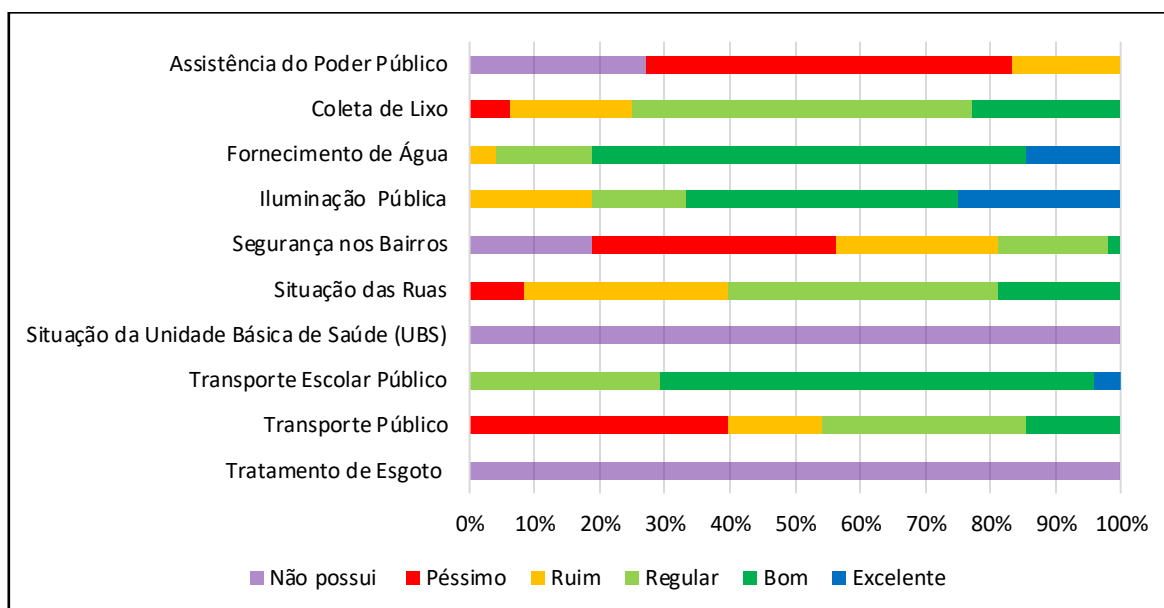
Fonte: Autoria Própria.

A dificuldade de acesso aos serviços de saúde é agravada, sobretudo, pela ineficiência do transporte público, sendo ambos avaliados pela população como "péssimos". Quando questionados sobre o nível de satisfação em relação à Unidade Básica de Saúde (UBS), 100% dos respondentes afirmaram que não há UBS nos bairros analisados. Diante disso, os moradores são obrigados a se deslocar para unidades localizadas em outras regiões da cidade, distantes de suas residências, como ilustrado na Figura 2.

Outro aspecto relevante a ser considerado é que a ausência do poder público nas áreas periféricas acarreta consequências diretas sobre a qualidade de vida e o bem-estar dos moradores. Um exemplo disso é a precariedade da segurança nos bairros: aproximadamente 62,5% dos participantes classificaram a segurança como "ruim" ou "péssima", enquanto 18,75% afirmaram que simplesmente não há segurança. A falta de presença do Estado nesses territórios favorece o aumento da criminalidade e intensifica a sensação de insegurança e desamparo entre os residentes. Essa percepção é evidenciada no Gráfico 1, que apresenta o nível de satisfação dos moradores em relação aos serviços básicos oferecidos.

Além do nível de satisfação relacionado à segurança nos bairros, outros quesitos foram avaliados como iluminação pública, rede de esgoto, coleta de lixo e situação das ruas, como consta no gráfico (1) acima. Para o quesito iluminação pública cerca 66,67% classificam entre excelente e bom, 33,33% classificam como regular e péssimo devido a depredação das lâmpadas dos postes. A depredação das lâmpadas está relacionada ao tráfico de drogas, principalmente nas ruas finais dos bairros junto a reserva ambiental.

Gráfico 1 - Avaliação do nível de satisfação dos serviços públicos, moradores dos bairros Bom Jardim, Vida Nova e Comunidade Vitória, Sinop (MT), 2024.



Fonte: Autoria Própria.

No que se refere à rede de esgoto, 100% dos moradores relataram a inexistência desse serviço nos bairros pesquisados, sendo o uso de fossas sépticas a alternativa adotada pelas famílias. A coleta de lixo, por sua vez, foi avaliada como boa ou regular por 75% dos participantes, enquanto os demais 25% a classificaram entre ruim e péssima.

Em relação à situação das ruas, 39,58% dos moradores a consideraram ruim ou péssima, enquanto 62,42% a avaliam como boa ou regular. As avaliações negativas concentram-se entre os moradores das ruas localizadas nas extremidades dos bairros, onde não há pavimentação. Nessas áreas, os transtornos se intensificam durante o período chuvoso, com acúmulo de lama e buracos, e no período seco, com o excesso de poeira, comprometendo o deslocamento e a qualidade de vida da população.

Os moradores também foram questionados sobre a existência de áreas verdes e praças nos bairros, apenas 4,17% responderam positivamente, enquanto 89,58% afirmaram que não há e 6,25% preferiram não opinar, justificando que residem há pouco tempo no local. As respostas obtidas confirmam a carência de áreas verdes próximas aos bairros pesquisados, evidenciando a omissão do poder público na oferta de espaços de lazer e convivência voltados à população periférica.

Diante da ausência de áreas verdes nos bairros analisados, foi questionado se algum membro da família frequenta espaços de lazer. As respostas revelaram que 72,92% dos participantes afirmaram não frequentar esses espaços, enquanto 27,08% responderam positivamente. Aos que declararam frequentar, foi solicitado que indicassem qual espaço utilizam e onde ele se localiza. Os resultados foram os seguintes: 6,25% frequentam um parque localizado no bairro Terra Rica (Imagem B- Figura 4), situado a aproximadamente 6 km dos bairros pesquisados; 10,42% indicaram um parque no bairro Vida Nova, um dos bairros incluídos no estudo, conforme apresentado na Figura (5); 6,25% mencionaram a Praça da Bíblia, localizada

no centro da cidade, a cerca de 9 km de distância (Imagem A - Figura 4); e 4,17% afirmaram frequentar a praça do bairro Belvedere II (também ilustrada na imagem C- Figura 4).

Figura 4 - (A)Praça da Bíblia localizada no centro da cidade, (B) Parque Terra Rica localizado no Bairro Jardim Terra Rica, (C) Praça de academia localizada no Bairro Belvedere II em Sinop - MT



Fonte: Foto de Vanessa Lima de Oliveira, 2024

Os moradores que se deslocam dos bairros para frequentar as áreas verdes mencionadas utilizam, majoritariamente, meios de transporte próprios, uma vez que o serviço de transporte público não é disponibilizado aos finais de semana. Cabe destacar que, no bairro Vida Nova, foi identificado um espaço apontado pelos próprios moradores como uma área de lazer, conforme ilustrado na Figura 5. No entanto, esse espaço carece da infraestrutura necessária para ser classificado como uma área verde adequada: conta apenas com um pequeno *playground* e uma quadra em péssimo estado de conservação, o que limita significativamente seu potencial de uso pela comunidade.

Figura 5 - Espaço de lazer (A) playground e (B) quadra no bairro Vida Nova



Fonte: Foto de Vanessa Lima de Oliveira, 2024.

Com exceção do espaço localizado no bairro Vida Nova, todos os demais locais de lazer ou áreas verdes mencionadas pelos moradores encontram-se em outras regiões da cidade e, muitas vezes, à considerável distância dos bairros analisados. É importante destacar ainda que, à exceção da Praça da Bíblia, situada na região central e representada na Imagem A da Figura 4, os demais espaços utilizados pela população não atendem aos critérios necessários para serem considerados áreas verdes, conforme apontam Bargas e Matias (2011) e Maia, Santos e Santos (2020). Segundo esses autores, uma área verde urbana deve desempenhar três funções essenciais: econômica, social e ambiental.

Além disso, as áreas identificadas nos bairros Vida Nova e Belvedere II apresentam condições precárias: estão sem manutenção adequada, carecem de arborização, apresentam mato alto e brinquedos danificados. Esse cenário reforça a desigualdade na distribuição de áreas verdes e espaços de lazer no município de Sinop, revelando a negligência em relação às necessidades da população periférica.

A ausência de acesso às áreas verdes de qualidade impacta diretamente a qualidade de vida dos moradores. O contato com a natureza é reconhecido por seus benefícios à saúde física e mental, promovendo sensação de segurança, bem-estar e incentivando a convivência social. Conforme Lima e Amorim (2006), esses espaços contribuem para a construção de vínculos afetivos com o território, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade dos indivíduos em relação ao lugar onde vivem.

Nesse sentido, a presença de áreas verdes no planejamento urbano vai muito além do aspecto estético: trata-se de uma questão de justiça social. Como afirmam Gonçalves e Maraschin (2021), a justiça social está diretamente relacionada à garantia de direitos e oportunidades para toda a população, independentemente de sua classe social. Portanto, as áreas verdes urbanas não devem ser vistas apenas como elementos de embelezamento da paisagem, mas como infraestruturas essenciais para a promoção da qualidade de vida e da equidade urbana.

A ausência de áreas verdes com as características apontadas por Bargos e Matias (2011) e Maia, Santos e Santos (2020) nos bairros analisados evidencia a atuação seletiva dos agentes produtores do espaço urbano, em especial do mercado imobiliário. Nesse contexto, as áreas verdes deixam de ser reconhecidas como um direito coletivo e passam a ser tratadas como valor de troca, isto é, um recurso que contribui para a valorização de determinadas regiões da cidade, geralmente aquelas com maior interesse mercadológico. Em contrapartida, os bairros onde essas áreas não são implementadas tendem à desvalorização, perpetuando um modelo de urbanização excludente. O planejamento urbano, ao concentrar espaços verdes em regiões centrais e nobres, atende aos interesses do setor imobiliário, funcionando como uma estratégia de valorização fundiária.

De acordo com Souza e Amorim (2016), essa lógica se insere em uma estrutura social permeada por contradições, nas quais o sistema capitalista influencia diretamente as relações econômicas, sociais e ambientais. Na perspectiva desses autores, a desvalorização de determinadas áreas urbanas é um mecanismo estratégico dentro do mercado imobiliário, pois cria uma distinção entre territórios que perdem valor e outros que se destacam justamente por oferecer atributos ausentes nos primeiros, como a presença de áreas verdes, infraestrutura e serviços.

Essa compreensão evidencia a importância de analisar as áreas verdes urbanas sob o viés do conflito de classes, a fim de identificar quais segmentos sociais têm suas necessidades atendidas no processo de produção do espaço urbano. Por isso, torna-se imprescindível considerar as características socioeconômicas dos moradores ao se avaliar a distribuição e a qualidade desses espaços na cidade.

Vale lembrar que o acesso às áreas verdes é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. O artigo 225 estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Assim, é dever do poder público assegurar esse direito, o que reforça a urgência da formulação e implementação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso aos espaços verdes, com o objetivo de promover bem-estar, justiça socioambiental e qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente de sua classe social ou localização urbana.

Considerando a importância do poder público no atendimento às demandas da população, os moradores foram questionados sobre seu nível de satisfação com a atuação estatal nos bairros (Gráfico 1). Os resultados revelam um cenário preocupante: 56,25% dos respondentes classificaram a atuação do poder público como “péssima”, 16,67% como “ruim”, e 27,08% afirmaram que não percebem qualquer presença do poder público em suas comunidades. Esse panorama evidencia uma sensação generalizada de abandono por parte do Estado nas áreas periféricas.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível que os gestores públicos assumam um papel ativo e comprometido, adotando políticas públicas eficazes para enfrentar as desigualdades sócio-espaciais presentes na cidade e garantir melhores condições de vida à população.

A implementação equitativa de áreas verdes nos diferentes bairros da cidade é uma das estratégias fundamentais para promover a justiça social, contribuindo para reparar desigualdades históricas e combater a exclusão social. Além de sua função ambiental, esses espaços têm papel crucial na promoção do bem-estar, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na valorização das periferias urbanas, impactando positivamente a vida dos moradores que, por muito tempo, estão à margem das prioridades do planejamento urbano.

A pesquisa realizada evidencia que os bairros Bom Jardim, Vida Nova e Comunidade Vitória carecem de espaços e equipamentos destinados ao lazer. A ausência de infraestrutura adequada, a dificuldade de acesso a serviços públicos, a inexistência de áreas verdes e a atuação limitada do poder público são elementos que reforçam a urgência da implementação de políticas públicas voltadas à promoção da justiça social e à garantia dos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Nesse sentido, os dados apontam que a segregação sócio-espacial em Sinop (MT) vai além da dimensão geográfica. Ela também se manifesta na negação do direito ao acesso às áreas verdes, revelando a exclusão de determinados grupos sociais do usufruto de bens coletivos fundamentais à qualidade de vida. Os resultados da pesquisa indicam, portanto, a necessidade de revisão do planejamento urbano, especialmente no que se refere aos bairros analisados, com o objetivo de orientar ações que promovam a inclusão territorial.

Conforme demonstrado, os impactos da exclusão enfrentada por essas comunidades não se restringem ao plano físico ou locacional; eles envolvem também dimensões simbólicas, sociais, econômicas e ambientais, que afetam diretamente o bem-estar e o pertencimento da população periférica. Assim, repensar o modelo de urbanização e garantir a equidade no acesso aos espaços públicos de qualidade torna-se uma condição essencial para a construção de uma cidade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida evidencia que a presença ou ausência de áreas verdes urbanas em Sinop (MT) funciona como um importante indicador dos processos de segregação sócio-espacial. A análise vai além da simples falta de espaços de lazer, revelando que a distribuição desses equipamentos está diretamente ligada ao direcionamento das forças que produzem o espaço urbano, especialmente o mercado imobiliário e o poder público. Nesse contexto, observa-se que o planejamento urbano privilegia áreas mais valorizadas economicamente, alocando nelas os principais investimentos e equipamentos públicos, o que acentua a polarização do espaço urbano. Esse modelo de produção da cidade promove, simultaneamente, a acumulação de benefícios em certas regiões e a exclusão em outras, reforçando desigualdades estruturais.

A pesquisa também identificou outros elementos que confirmam essa lógica excludente, como a precariedade nos serviços de saúde e transporte público nos bairros analisados. A inexistência de uma Unidade Básica de Saúde nos bairros e a escassez de

transporte coletivo, especialmente aos finais de semana, dificultam o acesso da população aos serviços essenciais, tornando-os dependentes de deslocamentos para outras regiões. Essa condição contribui para o isolamento dos moradores e para o agravamento das vulnerabilidades sociais.

A questão da segurança pública também se mostrou um fator relevante na percepção da segregação. Aproximadamente 62,5% dos entrevistados classificaram a segurança como ruim ou péssima, e muitos relataram a inexistência de iluminação pública em áreas próximas a reservas ambientais, em decorrência de ações criminosas. Esse cenário agrava a sensação de abandono e insegurança entre os moradores.

O acesso às áreas verdes urbanas, garantido pela Constituição Federal de 1988 como direito de todos, revela-se altamente desigual. Mesmo diante da existência de reservas próximas ou de espaços considerados “verdes” pelos moradores, a má qualidade da infraestrutura, a falta de equipamentos adequados e a ausência de manutenção tornam esses espaços subutilizados. A realidade observada nos bairros periféricos reflete um modelo de planejamento urbano que marginaliza esses territórios e ignora as demandas da população local, reafirmando a lógica de um desenvolvimento urbano orientado pela capacidade de consumo, em que a terra urbana é tratada como mercadoria.

Dessa forma, a pesquisa confirma a existência de uma profunda desigualdade sócio-espacial nos bairros Bom Jardim, Vida Nova e Comunidade Vitória, onde a inexistência de áreas verdes e equipamentos de lazer está diretamente relacionada à lógica de valorização da terra urbana e à seletividade do planejamento. Os espaços verdes, em vez de serem distribuídos de forma equitativa, são concentrados em regiões mais rentáveis da cidade, demonstrando o peso desigual da ação pública nos diferentes territórios.

Diante desse cenário, torna-se urgente a formulação e implementação de políticas públicas que promovam a equidade no acesso às áreas verdes. Instrumentos como o Plano Diretor devem contemplar a criação e manutenção de parques, praças e corredores ecológicos nas regiões periféricas, com infraestrutura adequada, segurança e acessibilidade. Além disso, é fundamental adotar políticas intersetoriais que articulem urbanismo, meio ambiente, saúde e assistência social, a fim de garantir que esses espaços atendam de fato às necessidades da população.

Programas de arborização participativa e o envolvimento das comunidades locais no planejamento e gestão dos espaços verdes são caminhos possíveis para fortalecer o sentimento de pertencimento, promover inclusão e valorizar os bairros marginalizados. Tais ações contribuem não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas também para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e socialmente integradas.

REFERÊNCIAS

BARGOS, D.C.; MATIAS, L. F. Áreas Verdes Urbanas: Um Estudo de Revisão e Proposta Conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revsbau/article/view/66481>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GONÇALVES, G. M.; MARASCHIN, C. Avaliação das Desigualdades de Acesso a Áreas Verdes Publicas Através do Modelo de Oportunidade Espacial. **Revista de arquitetura e urbanismo Projectare**. V. 2, n. 12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21715#>. Acesso em: 15 mai. 2025.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAIA, P. I.; SANTOS, A. A.; SANTOS, S. R. A importância das áreas verdes em espaços urbanos: reflexões sobre qualidade de vida e marcos legais. **Produção acadêmica**. v. 6, n. 1, p. 02–23, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/1/index.php/producaoacademica/article/view/12092>. Acesso em: 11 abr. 2025.

RUFINO, M. B. C. Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional. **Cadernos Metrôpole**, n.18 v. 35, p. 217-236, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3510>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed. Cortez, São Paulo, 2013.

SOUZA, M.C.C; AMORIM, M.C.C.T. A Natureza na cidade: As Áreas Verdes como uma das feições da natureza na cidade capitalista. **Revista Científica ANAP Brasil**; v.9, n.15, p.78-84, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29520266/A_NATUREZA_NA_CIDADE_AS_%C3%81REAS_VERDES_COMO_UMA_DAS_FEI%C3%87%C3%95ES_DA_NATUREZA_NA_CIDADE_CAPITALISTA. Acesso em: 15 fev. 2025.

SOUZA, M. L. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 10 dez.2023.